

**ESTADO DA
EDUCAÇÃO
2023**

Título

Estado da Educação 2023

Direção

Domingos Fernandes, Presidente do Conselho Nacional de Educação

Coordenação

Domingos Fernandes e Conceição Gonçalves

Organização e análise dos dados, produção do texto e apoio à edição

Aldina Lobo, António Correia, António Dias, Conceição Gonçalves, Maria Plantier, Ricardo Oliveira

Apoio à coordenação

Cristina Brandão e Rita Vinhas

Apoio administrativo e financeiro

Paula Barros

Expedição

Ana Estribio

Editor

Conselho Nacional de Educação (CNE)

Design gráfico

Providência Design

Impressão

Greca – Artes Gráficas

Tiragem

500 exemplares

1.ª Edição

Dezembro de 2024

ISSN

1647-8541

ISSN Digital

2976-0267

Depósito legal

541759/24

Agradecimentos

O Conselho Nacional de Educação

agradece a todos quantos deram o seu contributo para o presente relatório, a título individual ou institucional, designadamente, Alcina Cardoso, Ana Odília Figueiredo, Ana Veríssimo, António Lucas, Beatriz Almeida, Carla Lourenço, Cesário Silva, Cristina Perdigão, Cristina Santos, David Sousa, Décio Telo, Edgar Romão, Ema Silva, Fernanda Nogueira, Fernando Alfaiate, Filipa de Jesus, Filomena Oliveira, João Gonçalves, Joaquim Mourato, Joaquim Santos, Luís Duque de Almeida, Luís Guerra, Margarida Cardoso, Maria Inês Pinto, Maria João Ferreira, Maria João Horta, Nuno Rodrigues, Nuno Xavier Abreu, Olga Morouço, Paulo Gonçalves, Rui Trindade, Sara Drumond, Susana Castanheira Lopes e aos seguintes serviços e entidades: Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação; Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP; Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette; Agrupamento de Escolas de São Teotónio; Conselho Científico-Pedagógico para a Formação Contínua; Direção-Geral da Administração Escolar; Direção-Geral de Educação; Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência; Direção-Geral do Ensino Superior; Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; Estrutura de Missão Recuperar Portugal; Instituto de Avaliação Educativa, IP; Instituto de Gestão Financeira da Educação, IP; Júri Nacional de Exames; Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto e Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social – Governo Regional dos Açores; Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia – Governo Regional da Madeira.

O Conselho Nacional de Educação agradece igualmente aos Reitores das Universidades, aos Presidentes dos Institutos Politécnicos, aos Diretores de Faculdades, Escolas e Institutos que colaboraram com a disponibilização de informação.

ÍNDICE

005	O BEM INESTIMÁVEL QUE É A EDUCAÇÃO
017	SUMÁRIO EXECUTIVO
025	PANORÂMICA DO SISTEMA EDUCATIVO
026	1. CONDIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO: AMBIÇÕES DE UMA TRANSFORMAÇÃO
027	1.1 Recursos humanos
046	1.2 Recursos financeiros
061	1.3 Recursos digitais
079	1.4 Internacionalização
098	2. POPULAÇÃO DISCENTE: CADA UM APRENDE MELHOR COM TODOS
099	2.1. Retrato global
107	2.2. Distribuição dos inscritos
122	2.3. Desigualdades e equidade
142	3. RESULTADOS DO SISTEMA: SABER MAIS, PARA UMA VIDA MELHOR
144	3.1. Certificação e desempenho
171	3.2. Qualificação e emprego
184	Referências
190	Glossário
191	Siglas e acrónimos
193	REFLEXÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS
194	A EDUCAÇÃO DOS 0 AOS 12: UMA RETROSPECTIVA EM DIREÇÃO AO FUTURO
210	UMA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA PARA O FUTURO
224	PLNM: UM DÉGRAU PARA AS APRENDIZAGENS?
244	POR UMA PEDAGOGIA INOVADORA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

SUMÁRIO EXECUTIVO

O *Estado da Educação 2023* é constituído por duas partes. Na primeira - Uma Panorâmica do Sistema Educativo - apresentam-se os principais indicadores da educação e formação em Portugal, tecendo considerações de natureza analítica e interpretando o seu significado no âmbito das políticas públicas de educação. Principalmente a partir de dados disponibilizados pelos organismos do Ministério da Educação, Ciência e Inovação que produzem estatísticas e estudos, percorrem-se os seguintes domínios: condições para a educação e formação, população discente e resultados do sistema. Cada um é objeto de uma síntese que reflete tendências evidenciadas pelos dados e suas implicações. A segunda parte - Reflexões para o Desenvolvimento das Políticas Educativas - aborda quatro temas candentes da educação e formação em Portugal: Educação dos 0 aos 12 anos, Educação Secundária, Português como Língua Não Materna e Inovação Pedagógica no Ensino Superior. Estes decorrem do acompanhamento e debate que o Conselho Nacional de Educação desenvolve, seguindo fóruns nacionais e internacionais, no âmbito da sua intervenção no espaço público da educação.

No presente sumário executivo, extratam-se algumas das tendências mais significativas encontradas, bem como as suas implicações para o desenvolvimento das políticas educativas, pensando que estas devem responder às exigências colocadas aos sistemas educativos no mundo atual, permitir que todos aprendam melhor com todos, em espaços de diversidade cultural, e que, sabendo mais, enriquecendo as suas competências, possam ter uma vida melhor.

As condições subjacentes à educação e formação evidenciam elevada qualificação dos docentes, orientação para o digital, investimento financeiro crescente e valorização da internacionalização dos ambientes de aprendizagem.

Portugal apresenta o corpo docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário mais qualificado de sempre: quase 13% possuem mestrado ou doutoramento. Acresce que 59% dos docentes investiram também na formação contínua, através de ações acreditadas pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, maioritariamente, na modalidade de cursos de formação, de curta duração, que tendem a ter um impacto mais limitado na implementação de práticas inovadoras e na transformação das práticas pedagógicas. Na verdade, modalidades tais como os círculos de estudos ou as oficinas de formação tendem a ter impactos mais significativos nas práticas profissionais.

As áreas de formação privilegiadas têm refletido, a cada momento, as prioridades das políticas públicas de educação e as conseqüentes necessidades de formação dos docentes. As TIC aplicadas às didáticas foram a área temática mais procurada nos últimos três anos. Sendo a formação contínua simultaneamente um recurso e um veículo da concretização das políticas educativas, convirá garantir a manutenção de oportunidades de formação noutras áreas, como forma de potenciar a qualidade do ensino e a inovação.

Na educação básica e secundária, continua a ser extremamente difícil repor os docentes que vão saindo do sistema. O aumento da percentagem dos professores com menos de 30 anos, embora sucessivo, não chega a 2%. Acresce que o número de estudantes em cursos de mestrado que conferem habilitação para a docência tem-se mantido reduzido. Embora existam medidas em curso, esta realidade permanece um desafio.

A distribuição etária do pessoal docente no ensino superior continua a revelar-se preocupante, especialmente no ensino universitário: quase metade tem 50 anos ou mais, e a quantidade de docentes com 60 anos ou mais duplicou na última década (de 9,8% para 17,3%). Apesar de a tendência refletir a demografia da sociedade atual, será necessário mobilizar atempadamente medidas com vista à renovação do corpo docente, de forma a garantir a sustentabilidade das instituições.

O investimento global do Estado em educação, incluindo ciência, tecnologia e ensino superior, foi de 10 315,20 milhões de euros, em 2023. Ao abrigo da descentralização e delegação de competências, foram envolvidos mais 1 019,65 milhões de euros. No cômputo, continua a registar-se um aumento da despesa com educação desde 2017. Encontram-se convergências entre os montantes convocados e algumas políticas de reforço em curso, nomeadamente, educação inclusiva, ensino profissional, escola digital, instalação e modernização de Centros Tecnológicos Especializados e investimento em I&D.

As taxas de realização do POCHE e do PRR evidenciam contributos significativos para a qualificação de jovens e adultos, o apoio financeiro a estudantes do ensino superior e o impulso tecnológico. Embora em curso, os incentivos financeiros ao alojamento estudantil carecem de concretização mais célere.

Registam-se progressos significativos no acesso às tecnologias no setor público, no que respeita à quantidade de equipamentos e à sua distribuição geográfica, bem como ao acesso à Internet nas escolas, que indicam avanços notáveis no processo de digitalização da educação em Portugal. Assinala-se, igualmente, o esforço de capacitação dos docentes para a mobilização do digital como recurso educativo, designadamente, no âmbito do Plano de Capacitação Digital das Escolas.

Várias medidas estruturantes, iniciativas e serviços especializados na área da educação digital têm vindo a ser desenvolvidos em Portugal nos últimos anos, sublinhando a sua crescente relevância. Contudo, faltam evidências disponíveis que permitam avaliar o impacto destes na melhoria da qualidade das aprendizagens, nos resultados educativos ou na inclusão digital. Sinaliza-se a necessidade de os estudos sobre a sua implementação providenciarem informação necessária a uma compreensão efetiva dos resultados alcançados, em termos do valor para a formação dos alunos.

A multiplicidade de referenciais disponíveis sobre educação digital apela à definição de uma abordagem sistémica para a integração de tecnologias na educação. Neste sentido, o sistema educativo tem ainda um caminho a percorrer, até alcançar a necessária coordenação estratégica entre políticas públicas e práticas pedagógicas. Esta deverá visar não só a equidade no acesso e a formação contínua adequada de professores, mas também uma visão pedagógica das dinâmicas de aprendizagem digital, a integração transversal das competências digitais em todas as áreas disciplinares e a capacitação digital dos estudantes.

A internacionalização da educação em Portugal é hoje observada por dois tipos de movimentos no âmbito da mobilidade através do programa Erasmus+: *incoming* e *outgoing* para fins de aprendizagem, formação e ensino. É igualmente observada em função do crescimento do número de alunos estrangeiros inscritos no sistema educativo português, 18% só no ensino superior em 2022/2023, que expõe a diversidade de nacionalidades e culturas nos ambientes de aprendizagem domésticos, a qual se alarga à educação não superior, à formação vocacional, à formação de adultos.

A visão de internacionalização da educação proporcionada pelos dados da mobilidade no âmbito do Erasmus+, que mostram a predominância do ensino superior e um crescente interesse da educação não superior por este tipo de experiências, coadjuvada pela diversidade internacional e intercultural dos ambientes de aprendizagem, confere ao processo de internacionalização no estrangeiro e de internacionalização em casa (*Internationalization at Home – IaH*) valor estratégico, ao mesmo tempo que exige uma reflexão sobre a internacionalização do currículo, à qual importa dirigir a atenção das políticas educativas.

Há mais alunos no sistema educativo e a sua diversidade é, de algum modo, um reflexo do tecido social do país. Existe um esforço de inclusão e equidade em várias frentes que requer, contudo, monitorização e avaliação das medidas empreendidas.

Em 2022/2023, 2 056 328 crianças, jovens e adultos frequentavam o sistema educativo em Portugal, 73 105 eram adultos dos ensinos básico e secundário. Do total de inscritos, 79,2% frequentaram o ensino público e 20,8% o privado. A distribuição entre homens e mulheres estava equilibrada, sendo 50,1 % do sexo feminino. Entre as crianças e jovens na escolaridade obrigatória, 11,3% eram de nacionalidade estrangeira (142 760), a maior parte de nacionalidade brasileira.

A taxa de cobertura média das respostas para a primeira infância, dos 0 aos 3 anos, foi 55,2% no Continente, valor acima da meta de 45%, a alcançar até 2030, de acordo com União Europeia. Ainda assim, nos próximos anos, as políticas públicas nesta área devem desenvolver-se no sentido de garantir a entrada no sistema das crianças dos 0 aos 3 anos de idade, dando cumprimento a medidas já em curso, no sentido da implementação progressiva da gratuitidade das creches e da consecução do plano de qualificação para as respostas sociais às crianças destas idades.

A taxa real de pré-escolarização evoluiu positivamente na última década, tendo atingido 94,2% em 2022/2023, o valor mais alto da década e o mais próximo dos 96% indicados pela meta a cumprir até 2030, estabelecida pela União Europeia. Importa, ainda, integrar plenamente as crianças de 3 e 4 anos, tal como já acontece com as de 5 anos na maior parte do território nacional.

No ano letivo de 2022/2023, 922 511 crianças e jovens frequentaram a educação básica, 98,2% no chamado ensino geral. Na educação secundária, havia 344 797 alunos, registando-se uma distribuição de 61,0% nos cursos científico-humanísticos, face a 39,0% nos cursos de dupla certificação. Um desequilíbrio que se acentuou nos anos mais recentes. Expectativas, aspirações e contextos dos alunos e das suas famílias influenciaram certamente escolhas e percursos, contudo estes dados parecem espelhar uma desvalorização dos percursos profissionalmente qualificantes.

Em 2022/2023, 446 028 estudantes frequentaram o ensino superior. A distribuição por áreas de formação dos inscritos nos diferentes cursos, no 1.º ano pela primeira vez (91 025), em licenciaturas e mestrados, evidencia que o país continuará a não conseguir ter o número de diplomados de que necessita nas áreas das ciências, tecnologias, engenharia e matemática, os chamados cursos STEM.

Todos têm direito a chegar ao seu máximo potencial e, no sistema educativo nacional, existem várias medidas que refletem esse esforço de inclusão e de equidade, destinadas a alunos em situações de vulnerabilidade que condicionam a sua aprendizagem - medidas de apoio financeiro, de suporte à aprendizagem e à inclusão e medidas de suporte linguístico. Contudo, subsistem desafios no domínio do combate às desigualdades. Entre os quais, o forte impacto que o nível educativo dos pais tem no sucesso dos seus educandos e as desigualdades regionais e sociais no acesso à educação, nomeadamente à educação pré-escolar.

Face ao número de crianças e jovens estrangeiros na escolaridade obrigatória, a oferta de Português Língua Não Materna (PLNM) é uma medida de inclusão essencial, relativamente à qual importa conhecer a extensão da cobertura face às reais necessidades dos alunos. Efetivamente, falta informação sistematizada, baseada em indicadores estabilizados, que permita acompanhar taxas de cobertura e de frequência da disciplina de PLNM. Sem essa informação, não será possível enfrentar cabalmente uma situação da maior relevância para a integração dos jovens migrantes que não dominam a língua portuguesa.

A necessidade de desenvolver mecanismos de acompanhamento e monitorização da realidade é transversal às várias medidas de equidade, aliás, como previsto na conceção das próprias medidas. Apenas dessa forma e a par da avaliação da qualidade dos apoios proporcionados será possível saber se todos usufruem, de facto, de medidas que supram as suas necessidades e se estas conduzem ao sucesso e, ainda, garantir a regulação das estratégias implementadas.

Os resultados do sistema educativo dão conta de taxas elevadas de escolarização e do aumento dos níveis de qualificação dos adultos mais jovens. Contudo, mostram também défices de saberes e competências em algumas áreas.

O crescimento acentuado, que marcou a evolução das taxas de conclusão do ensino básico por mais de uma década, estabilizou em 2022/2023, em valores semelhantes aos registados em 2018/2019, antes da pandemia COVID-19. O mesmo se pode dizer relativamente à diminuição das taxas de retenção e desistência. Ainda assim, as taxas de conclusão são elevadas: 90,2% no ensino secundário e 98,1%, 96,4% e 93,8%, respetivamente, no 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

As taxas de conclusão dos alunos do 3.º ciclo decresceram ao longo dos últimos três anos letivos. No mesmo período, houve um aumento das taxas de retenção e de desistência. É uma situação que deve ser acompanhada nas suas múltiplas vertentes, nos próximos anos.

Num contexto de novas demografias, as elevadas taxas de retenção e desistência das crianças e jovens cujos progenitores são estrangeiros alertam para a necessidade de ativação efetiva de medidas de inclusão e discriminação positiva. Trata-se de uma situação preocupante que é necessário conhecer nas suas múltiplas dimensões, nomeadamente no que se refere à eficiência e eficácia organizacional e pedagógica da disciplina de PLNM e aos processos de acolhimento destes alunos nas escolas que frequentam. Só deste modo será possível agir de forma consistente e sustentada.

No ensino superior, diplomaram-se 95 608 estudantes nos vários níveis, em 2022/2023, o que representa um crescimento de 6,7% face a 2021/2022 e um salto de 29,0% relativamente a 2013/2014. A maior parte eram mulheres, 58,4%. Os sucessivos aumentos no número de diplomados são conquistas importantes. No entanto, continua a verificar-se um défice de diplomados em áreas relevantes para o mercado de trabalho, designadamente, nas áreas normalmente referidas por STEM, isto é, ciências, tecnologias, engenharia e matemática. Esta situação sugere que será necessário desenvolver medidas e/ou programas que, de algum modo, a possam dirimir.

Em todos os níveis de escolaridade do ensino básico e em várias disciplinas, há percentagens elevadas de alunos que não aprendem o que está previsto no currículo. São particularmente inquietantes os resultados nas disciplinas de matemática e os desempenhos no domínio da língua escrita. O mesmo se pode dizer relativamente às competências digitais. Por exemplo, nas provas de aferição, 69,7%, 57,5% e 60,8% dos alunos do 2.º ano, assim como 75,8%, 90,4% e 79,7% do 8.º ano, revelaram dificuldades, respetivamente, nos domínios da matemática de números e operações, geometria e medida, organização e tratamento de dados. A escrita é um desafio para mais de metade das crianças do 2.º ano, 56,0%, que revelaram dificuldades ou não conseguiram de todo responder às tarefas. Este é um problema recorrente e preocupante, que deve ser objeto de medidas de política no contexto da melhoria do ensino e das aprendizagens nos primeiros anos.

Apesar dos défices enunciados, importa referir que há alunos que aprendem ao mais elevado nível. Num sistema que se pretende equitativo, tornam-se, assim, ainda mais necessárias políticas e medidas que contribuam para que essa situação abranja um número crescente de crianças e jovens. O país, ao nível da educação nos primeiros anos, necessita de um plano que contemple os domínios em que urge intervir para melhorar a situação atual (e.g., formação de docentes, sistemas de apoio, acompanhamento e monitorização).

A reconfiguração das provas de avaliação externa com finalidades de aferição é um passo importante para uma identificação mais fina das aprendizagens realizadas pelos alunos. Alterações que poderão ter grande alcance, e que se espera refletidas na transformação destas provas prevista já para 2025, prendem-se com dois aspetos fundamentais: a) a não divulgação dos itens das provas que, deixando de ser de acesso livre, passam a permitir comparar resultados ao longo do tempo e, assim, observar com confiança a evolução das aprendizagens dos alunos; e b) a opção por itens que suscitem mais a mobilização de competências e menos a mobilização de conhecimentos curriculares específicos. Crê-se igualmente que a utilização de escalas de caracterização de desempenho, que descrevam o que os alunos são efetivamente capazes de fazer em cada domínio de aprendizagem, pode ser uma mais-valia.

Apesar do esforço de inclusão subjacente a várias medidas de equidade em curso no sistema educativo português, o desempenho consistentemente mais baixo dos alunos oriundos de meios mais desfavorecidos, do ponto de vista social, económico e cultural, prolonga-se há várias décadas. Mais recentemente, essa situação verifica-se também com os alunos estrangeiros. As razões desta persistência carecem de análise em vários planos (e.g., social, organizacional, pedagógico), a fim de dirimir o problema, melhorar os resultados e garantir a prossecução do desígnio de equidade. Em todo o caso, parece ser relevante cumprir a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 54/2018 que prevê um conjunto de ações no domínio do acompanhamento, monitorização e avaliação das medidas seletivas e adicionais implementadas, e cujos resultados serão fundamentais para conhecer o que, realmente, se pode estar a passar. Sem esse conhecimento, é muito difícil perspetivar medidas para solucionar os problemas.

A melhoria consistente das taxas reais de escolarização e de conclusão que se verificam no ensino secundário nas três últimas décadas tem sido relevante para o aumento das qualificações dos jovens adultos. Traduz-se, no aumento progressivo, desde há mais de uma década, dos indivíduos entre os 25 e os 34 anos com uma formação de nível secundário ou pós-secundário não superior, que em 2023, representavam 40,7% da população desta idade. Juntamente com os que concluem uma educação terciária, 40,9%, dominam a distribuição das qualificações. Parece, assim, ser particularmente importante investir na qualidade das formações dos cursos de nível secundário, nomeadamente através do desenvolvimento de conhecimentos, competências, valores e atitudes previstos no PASEO.

No que respeita às qualificações, a dependência intergeracional ainda é forte e especialmente condicionante entre os adultos (25-64 anos) cujos pais têm habilitações inferiores ao ensino secundário, uma vez que metade destes reproduz as baixas habilitações dos progenitores. Importa quebrar esta dependência nas camadas menos escolarizadas da população, um desafio para o qual o aumento sucessivo da qualificação das gerações mais jovens pode ser um contributo muito relevante, estando provado que a conclusão do ensino secundário é uma alavanca desses saltos geracionais.

O envolvimento dos adultos em atividades de educação e formação tem tido um efeito direto no aumento das qualificações. Ainda assim, as baixas qualificações prevalecem nas camadas com mais idade da população, 63,6% dos indivíduos entre 55 e os 64 anos e 44,2% dos que têm entre 45 e 54 anos possuem uma habilitação inferior ao ensino secundário.

Estudar compensa. Quanto mais elevadas são as qualificações, maior a perspectiva de uma vida melhor. A conclusão do ensino secundário contribui de forma decisiva para se conseguir emprego e receber uma remuneração superior. Em 2023, registaram-se taxas de emprego elevadas entre os jovens adultos, 25-34 anos, que concluíram o ensino secundário ou pós-secundário não superior (84,9%) e os que detinham uma habilitação de nível terciário (88,3%). Os últimos auferem um rendimento mensal correspondente, em média, a 173% do salário médio dos trabalhadores que concluem o ensino secundário. No entanto, esta mão-de-obra especializada era paga a valores reais mais baixos que os praticados noutros países da Europa, com diferenças assinaláveis.

Políticas como a atribuição de bolsas aos alunos mais carenciados, no ensino superior, e a oferta de alojamento estudantil a custos acessíveis carecem de reforço, para não deixar esmorecer o impulso de qualificação crescente observado na população adulta mais jovem. O mesmo se pode dizer acerca do desenho e implementação de políticas que contribuam para dirimir assimetrias regionais no que respeita às qualificações.

Tal como no *Estado da Educação 2022*, no *Estado da Educação 2023* produziram-se reflexões acerca de temas cuja importância tem sido reconhecida quer em instâncias nacionais quer em instâncias internacionais. Para cada um deles enunciaram-se algumas linhas de ação e de desenvolvimento que se consideraram relevantes para o desenvolvimento das políticas públicas de educação. Eles constituem, igualmente, um incentivo à discussão e ao debate no espaço público da educação de matérias consideradas relevantes para melhorar o estado da educação no país.

Educação dos 0 aos 12 anos. Os desafios que se colocam à educação nos primeiros anos exigem alterações de natureza estrutural e o alargamento das margens do sistema educativo. Nomeadamente, requerem a implementação de medidas que aprofundem a coesão no início da educação básica, através de um novo e único ciclo de ensino neste nível de escolaridade. Trata-se de conceber um referencial integrado da educação dos 0 aos 12 anos e de operar as reconfigurações legislativas necessárias à sua concretização.

Educação secundária. A educação secundária ocupa uma posição charneira na estrutura do sistema educativo, que exige uma diversidade ancorada nas finalidades estratégicas comuns da escolaridade obrigatória. Importa defini-la, no seu conjunto, na sua natureza e finalidades gerais e, para o equilíbrio e articulação das ofertas que compõem a sua diversidade formativa, deve ser clarificado o modo como cada um dos seus percursos, cumprindo a sua especificidade, se reconhece no todo.

Português como língua não materna. A disciplina de PLNM tem de ser um degrau para alcançar as aprendizagens que se querem inclusivas num contexto de diversidade linguística e cultural, que caracteriza o sistema educativo português. Importa refletir sobre a sua implementação e os seus resultados, no âmbito de um planeamento estratégico de acolhimento e inclusão de alunos migrantes e de forma a garantir o seu impacto na construção de uma educação relevante para todos.

Inovação pedagógica no ensino superior. A educação superior enfrenta o desafio urgente de reformular as suas práticas pedagógicas para melhorar a qualidade da educação e da formação dos estudantes. Impõem-se medidas impulsionadoras de uma pedagogia inovadora, enquanto instrumento da equidade, do combate ao abandono e desigualdades e de garantia da qualidade das aprendizagens. Nomeadamente, a valorização do conhecimento pedagógico e da inovação pedagógica nas carreiras profissionais no ensino superior e o incentivo à investigação sobre processos inovadores são indispensáveis.